LINGUAGEM INFANTIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR













Jáima Pinheiro de Oliveira Anabela Cruz-Santos (Organizadoras)

LINGUAGEM INFANTIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

2024

Copyright © 2024 dos autores.

Editora De Castro

Editor: Carlos Henrique C. Gonçalves

Conselho Editorial:

Profa Dra Adriana Garcia Gonçalves Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Prof. Dr Alonso Bezerra de Carvalho Universidade Estadual Paulista - Unesp Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho

Universidade Estadual Paulista - Unesp Prof^a Dr^a Bruna Pinotti Garcia Oliveira Universidade Federal de Goiás - UFG

Profa Dra Camila Mugnai Vieira Universidade Estadual Paulista - Unesp

Profa Dra Célia Regina Delácio Fernandes Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD Prof^a Dr^a Cláudia Starling Bosco

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG / FaE Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dr Fernando de Brito Alves Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa Dra Heloisa Helena Siqueira Correia Universidade Federal de Rondônia - UNIR Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus

Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico Profa DraJacyene Melo de Oliveira Araujo

Universidade Federal de Rio Grande do Norte - UFRN Prof^a Dr^a Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação - UFMG / FAE Profa Dra Jucelia Linhares Granemann

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas - UFMS

Profa Dra Layanna Giordana Bernardo Lima Universidade Federal do Tocantins - UFT

Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof^a Dr^a Luciana Salazar Sagado Universidade Federal de São Carlos - UFSCar / LABEPPE Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli

Universidade Estadual Paulista - Unesp / Faac Profa Dra Luzia Sigoli Fernandes Costa

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Universidade Federal de Rondônia - UNIR Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira Universidade Federal de Rondônia - UNIR Prof. Dr Mauro Machado Vieira Universidade Federal de Uberlândia - UFU Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte Universidade Federal de Rondônia - UNIR Profa Dra Zulma Viviana Lenarduzzi

Profa Dra Marcia Machado de Lima

Facultad de Ciencias de la Educación - UNER, Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Argentina

Ilustração: Fátima Boeri

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT): Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Lumos Assessoria Editorial

L755 Linguagem infantil e comunicação social no contexto da inclusão escolar [recurso eletrônico] / orgs. Jáima Pinheiro de Oliveira e Anabela Cruz-Santos. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2024. Dados eletrônicos (pdf).

> Inclui bibliografia ISBN 978-65-6036-706-7

 Crianças - Aquisição de linguagem. 2. Comunicação oral. 3. Sociolinguística. 4. Comunicação na educação.
 Inclusão escolar. I. Oliveira, Jáima Pinheiro de. II. Cruz-Santos, Anabela.

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

CDD23: 796.07

ISBN: 978-65-6036-706-7 DOI: 10.46383/isbn.978-65-6036-706-7

Todos os direitos desta edição foram reservados aos

autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

> Editora De Castro contato@editoradecastro.com.br editoradecastro.com.br



Este trabalho teve o apoio no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) que é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

Este trabalho também contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio dos processos 405205/2023-6 e 316294/2023-3.

SUMÁRIO

۸D	RES	ENI.	T۸C	٠Ã౧
Αг	κ LJ	LIN	ı AÇ	$\mathcal{A} \cup$

Jáima Pinheiro de Oliveira Anabela Cruz-Santos

SEÇÃO 1

ASPECTOS CONCEITUAIS EM LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO SOCIAL E ABORDAGENS COLABORATIVAS NA ESCOLA 15

CAPÍTULO 1

PARTICIPAÇÃO COMUNICATIVA EM CRIANÇAS COM PERTURBAÇÕES DA COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEPTUAL

Diana Costa

Anabela Cruz-Santos 17

CAPÍTULO 2

ABORDAGENS INCLUSIVAS PRESENTES EM SITUAÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR

Keli dos Santos Guadagnino Jáima Pinheiro de Oliveira

Aila Narene Dahwache Criado Rocha 41

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS DE PROFESSORES SOBRE O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE DA ESCOLA POR MEIO DE SUPORTES MULTINÍVEIS

Andréa Tonini

Ana Paula Loução Martins 57

SECÃO 2

INSTRUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO EM LINGUAGEM INFANTIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL 81

CAPÍTULO 4

COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA: PERCURSO DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Anabela Cruz-Santos 83

CAPÍTULO 5

O USO DO PRONARRAR PARA AVALIAR NARRATIVAS, MEIOS E FUNÇÕES COMUNICATIVAS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Emely Kelly Santos de Oliveira Jáima Pinheiro de Oliveira 97 CAPÍTULO 6

INVENTÁRIO DE COMPETÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS EM

IDADE PRÉ-ESCOLAR: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO

Mariana Rita Martins de Carvalho

Ana Tomás de Almeida 115

CAPÍTULO 7

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOS TRANSTORNOS DO

NEURODESENVOLVIMENTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ketilin Mayra Pedro

Anabela Cruz-Santos

Clarissa Maria Marques Ogeda 129

SECÃO 3

INTERVENÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM LINGUAGEM INFANTIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL COM PERSPECTIVA INCLUSIVA 139

CAPÍTULO 8

A INTERVENÇÃO DO TERAPEUTA DA FALA NO ÂMBITO DA PRAGMÁTICA

Tatiana Pereira Marisa Lousada

141

CAPÍTULO 9

CONSTRUÇÃO E USO DE NARRATIVAS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DAS INTERVENÇÕES INDIVIDUALIZADAS

161

ÀS UNIVERSALISTAS

Valéria Rosa Farto Lopes

Jáima Pinheiro de Oliveira

CAPÍTULO 10

PROGRAMA DE ENSINO PARA A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS ESCRITAS DE

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Ana Paula Zaboroski-Oleinik 179

CAPÍTULO 11

PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO INICIAL EM LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DE

213

ESTUDANTES COM SURDOCEGUEIRA CONGÊNITA NO CONTEXTO ESCOLAR

Simara Pereira da Mata

Jáima Pinheiro de Oliveira 195

SOBRE AS ORGANIZADORAS E COLABORADORAS

APRESENTAÇÃO1

A Coletânea Linguagem infantil e comunicação social no contexto da inclusão escolar é uma das primeiras comemorações dos 15 anos do grupo de pesquisa que deu origem ao Observatório de Redes de Apoio à Inclusão Escolar e à Educação Inclusiva (OIEEI). Além disso, ela fortalece uma das principais parcerias interinstitucionais do OIEEI com a Universidade do Minho (Braga, Portugal), iniciada em 2013.

O grupo de pesquisa Observatório de Redes de Apoio à Inclusão Escolar (REDE), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), antes chamado de GEDILPE (Grupo de estudos interdisciplinares em desenvolvimento infantil, linguagem e processos educacionais) e vinculado à Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus Irati, Paraná, foi o que deu origem ao OIEEI.

Hoje o OIEEI é uma grande rede de estudos, pesquisas e outras ações, com a participação de pesquisadores, professores, e outros atores que participam direta ou indiretamente das questões relacionadas à Educação, nos mais diferentes contextos educacionais. Nessa rede há parcerias com as cinco regiões do Brasil, além de outros pesquisadores da América Latina e da Europa. Ela se articula em três eixos principais: formação profissional, políticas públicas de e para a inclusão educacional e intersetorialidade, diretamente ligada às intervenções no dia a dia da escola e de outros contextos educacionais.

Nossa coletânea se insere no contexto das ações intersetoriais, que podem se caracterizar por uma simples orientação que um familiar recebe na escola para procurar, por exemplo, um serviço de assistência social ou de saúde, até a proposição de ações em âmbito mais amplo que incidem em políticas públicas articuladas e destinadas à proteção social, inclusão e ao enfrentamento de outras questões sociais. A finalidade de todas as ações intersetoriais deve ser sempre a de melhorar ou incidir diretamente na formação humana dos sujeitos envolvidos.

¹ Sobre cuidados éticos em pesquisas com seres humanos

Algumas das ações relatadas nos capítulos desta coletânea podem ter sido realizadas com seres humanos. Ressaltamos que o(s) autor(es) é(são) responsável(veis) pelo seu(s) capítulo(s), no que se refere à aprovação da pesquisa junto a um Comitê de Ética das respectivas universidades onde foram desenvolvidas as pesquisas. A identidade dos sujeitos foi preservada, respeitando as normas sobre os aspectos éticos de pesquisas com seres humanos, garantidas pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016. O conteúdo de cada capítulo é de responsabilidade do(s) respectivo(s) autor(es).

O fato de ser ainda um conceito bastante polêmico e sem consenso teórico, a intersetorialidade possibilita a realização de estudos sobre seus desafios, limites e possibilidades, quando envolve a área de Educação, especialmente ao ser abordado o processo de escolarização de pessoas com deficiência ou outras condições que levam a um perfil neurodiverso.

Nessa direção, os textos aqui presentes têm o intuito de valorizar os processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem que, sem dúvida, permanecem como grandes desafios para professores, familiares e outros profissionais que atuam nesses contextos, especialmente da área da saúde.

A coletânea Linguagem infantil e comunicação social no contexto da inclusão escolar foi preparada com muito cuidado pelas organizadoras e pelos colaboradores e trata-se de uma importante oportunidade de fortalecer parcerias nacionais e internacionais no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE) da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). No caso deste último, especialmente, com o intuito de incentivar a participação de discentes que finalizaram seus percursos acadêmicos de mestrado e de doutorado. Uma das publicações da coletânea é de uma egressa, que foi bolsista da FAPESP, e que contou com a participação da coautora desta coletânea em sua banca de defesa de doutorado.

As organizadoras optaram pela apresentação do livro em seções, com foco para aspectos que colaboram para uma escola inclusiva, na Seção 1; identificação e avaliação em linguagem infantil e comunicação social na Seção 2; e estudos que promoveram intervenções com foco em perspectivas inclusivas e colaborativas, na Seção 3.

O Capítulo 1 abre a Seção 1. Nele, as autoras apresentam uma abordagem conceitual acerca da participação comunicativa no contexto das perturbações de comunicação (PC). Elas alertam para a dimensão que a participação comunicativa tem tomado nas investigações científicas que consideram as alterações comunicativas, especialmente, a partir dos paradigmas sociais. As autoras também apresentam as principais caraterísticas passíveis de observação em crianças com PC, notadamente, em relação às suas limitações na interação social, mas também quanto às reduzidas oportunidades de melhoria de competências linguísticas, comunicativas e sociais durante a interação. Por fim, as autoras reiteram a importância do desenvolvimento de instrumentos que estejam validados que permitam não só avaliar a participação comunicativa das crianças com PC, mas acompanhar e monitorizar as mudanças, tanto em contextos clínicos, quanto educacionais.

O Capítulo 2 traz elementos da realidade de um agrupamento de escolas que começou a implementar um Modelo de Atendimento à Diversidade (MAD). Este modelo é um exemplo dos chamados atendimentos multiníveis ou multicamadas e que têm sido objetos de investigações nacionais e internacionais. No Brasil, conhecemos mais pela nomenclatura de Sistemas de Suporte Multicamadas (SSM). As autoras desse capítulo destacam que esse modelo de intervenção está ancorado nos princípios da filosofia da inclusão e da colaboração, com ênfase em um modelo de consultoria. O leitor terá oportunidade de conhecer as perspectivas do modelo a partir de relatos de profissionais das escolas.

Já o Capítulo 3 discute uma perspectiva inclusiva de práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil. O texto tem como objetivo analisar situações de interação entre professoras e crianças com deficiência, em atividades propostas, nos contextos de socialização e de desenvolvimento das habilidades de comunicação. Os resultados destacam a importância da mediação pedagógica na Educação Infantil, ressaltando sua influência positiva na participação e consequentemente ne aprendizagem das crianças, especialmente daquelas com deficiência.

As descobertas do estudo sugerem que há espaço para aprofundar a compreensão sobre as práticas com mediações específicas e sua eficácia no contexto da inclusão escolar de crianças com deficiência. Portanto, futuras pesquisas podem explorar mais detalhadamente intervenções específicas e os possíveis impactos dessas mediações pedagógicas no desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social das crianças com deficiência, bem como investigar as percepções e experiências dos próprios alunos e de suas famílias em relação a essas práticas.

A Seção 2 inicia-se com o Capítulo 4, que descreve um relato de experiência que explorou o impacto da implementação de um sistema de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) numa criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com ênfase para as contribuições da equipe profissional multidisciplinar e da família. Esse capítulo chama a atenção para o cuidado que deve ser dispensado para as especificidades da criança e de sua família, salientando não ser adequado generalizar este processo para todas as crianças. Os desafios, especialmente relacionados às dificuldades de implementação de mais intervenções com a criança em seus contextos naturais, como a escola e seu domicílio e a implementação de recursos que favoreçam a escrita da criança, também são alertas das autoras.

Desse processo, o relato de experiência, desde a avaliação até à intervenção, permitiu evidenciar que a implementação da CAA é um processo complexo, longo e que precisa considerar uma avaliação abrangente, envolvendo perspectivas dos pais e professores sobre a criança, instrumentos

avaliativos e de intervenção, além de observações do desempenho dessa criança em atividades em ambientes naturalísticos.

O Capítulo 5 teve por objetivo mostrar as contribuições do PRO-NARRAR enquanto instrumento capaz de gerar dados que permitem traçar um perfil comunicativo. Nesse caso específico, a investigação ocorreu com quatro crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O foco da avaliação recaiu sobre os meios e as funções comunicativas emitidas durante a atividade proposta. Além disso, também mostrou o uso desse programa como instrumento de avaliação do desempenho dessas crianças na produção de duas narrativas do programa, buscando implicações desse desempenho para o planejamento e o uso de atividades que valorizam a comunicação e a produção de histórias, em diferentes contextos.

O PRONARRAR tem como foco o apoio estruturado para a produção de histórias (Oliveira, 2019) e como objetivo central melhorar a estrutura dessa produção e, portanto, com implicações diretas, por exemplo, nos desempenhos de leitura e escrita. Descrições mais detalhadas deste programa foram realizadas no Capítulo 9 desta coletânea.

No Capítulo 6, nós temos um relato minucioso sobre a construção e a validação do Inventário de Competências de Comunicação Social (ICCS) para crianças em idade pré-escolar. A construção do instrumento considerou um conjunto de comportamentos comunicativos característicos da comunicação social em crianças. As autoras também descrevem, com detalhes, os dados relacionados à validação e confiabilidade do instrumento.

Indicadores de uma extensa revisão de literatura foram um dos suportes utilizados nessa construção, além da análise de outros instrumentos já existentes para a avaliação da comunicação social. Uma cuidadosa definição dos itens, que seguiu procedimentos rigorosos, foi importante para assegurar, na opinião das autoras, uma redação, seleção e organização dos itens de forma compreensível, estruturada e relevante na avaliação da comunicação social. Sem dúvida, trata-se de uma relevante contribuição da área, tanto para avaliação, quanto para intervenção na prática educacional, clínica e científica.

O Capítulo 7 trouxe uma revisão integrativa da literatura no que se refere aos instrumentos de avaliação da comunicação social em sujeito com Transtorno do Neurodesenvolvimento. Foram levantadas 13 produções acadêmicas, de modo que houve uma predominância de estudos oriundos da área da Fonoaudiologia e com enfoque para as especificidades comunicacionais do TEA.

As autoras alertaram para o fato de que os prejuízos na comunicação social podem se configurar como barreiras na aprendizagem escolar, o que reforça a necessidade de instrumentos validados no contexto nacional que

apresentem dados fidedignos que tragam respaldo científico para o trabalho docente. No entanto, se faz necessário um trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e da saúde visando o desenvolvimento pleno dos estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento.

Abrindo a Seção 3, tem-se o Capítulo 8 com a apresentação de uma intervenção com abordagem integrada entre competências pragmáticas e o uso de histórias sociais. Trata-se de uma temática de extrema importância e que tem ganhado relevo, cada vez maior, nas intervenções com foco pragmático, especialmente voltadas às crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O conjunto de histórias denominado "A comunicar é que a gente se entende", foi desenvolvido inicialmente para crianças com TEA, condição em Portugal designada por Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Ele conta com três histórias e, embora tenha sido pensado, inicialmente para crianças com PEA, as autoras alertam para o fato dele ser útil também para outras crianças com alterações pragmáticas. Cada uma dessas histórias possui um foco em relação às principais competências pragmáticas, a saber: contato visual, respeito aos turnos da comunicação e resposta comunicativa. Além disso, também apresentam guias de utilização, que auxiliam o interlocutor ou mediador a promover uma reflexão crítica por parte da criança. Sem dúvida, uma proposta que possibilita inúmeras formas de uso e de intervenção na comunicação de crianças com alterações pragmáticas.

O Capítulo 9 mostra o uso do PRONARRAR, relacionado à avaliação de meios e funções comunicativas, assim como de construção de narrativas, orais, escritas e com símbolos, em investigações conduzidas com crianças que possuem diagnóstico de Transtorno do Neurodesenvolvimento, a partir de uma pesquisa que propôs utilizar este programa, considerando os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O capítulo traz uma descrição desse programa e incentiva os estudos com práticas universalistas a partir de modelos de programas como este.

Já o Capítulo 10 objetiva discutir as contribuições científicas nacionais e internacionais e as lacunas identificadas referentes aos procedimentos de ensino da produção de narrativas escritas com os estudantes com deficiência intelectual. Apesar dos avanços nas ações pedagógicas e nas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento destes estudantes, as produções científicas demonstraram escassez de pesquisas que especifiquem o ensino de cada elemento da narrativa para a produção escrita pelos estudantes com deficiência intelectual.

E o Capítulo 11 traz um recorte da pesquisa de doutorado da autora, com a seguinte problematização: diante da análise das produções acadêmicas nacionais e de um estudo de caso de um aluno com surdocegueira

congênita de comunicação pré-linguística no Ensino Fundamental I, quais indicadores podem ser considerados no processo de escolarização de alunos com essa condição? O objetivo foi sistematizar indicadores voltados para o desenvolvimento da comunicação e da linguagem que forneçam subsídios para o processo de escolarização inicial de alunos com surdocegueira congênita e correlacionar esses indicadores com os aspectos identificados em um estudo de caso.

Observamos que os capítulos presentes em nossa coletânea pretendem reforçar as inúmeras demandas relacionadas à linguagem infantil e à comunicação social. Isso reitera, também, a necessidade de termos sempre uma perspectiva inclusiva desde a infância. Perspectiva essa capaz de reconhecer a criança pequena como um sujeito de desejos, direitos e saberes, conforme preconizam as diretrizes educacionais da Educação Infantil (Brasil, 2009).

Enfim, esperamos que a coletânea Linguagem infantil e comunicação social no contexto da inclusão escolar seja um convite para essas reflexões e, também, um apoio para os profissionais que trabalham ou que pretendem trabalhar com crianças que apresentam condições diferentes em seu processo de desenvolvimento.

Novembro de 2024.

Jáima Pinheiro de Oliveira Anabela Cruz-Santos

Referências

Conselho Nacional de Educação [CNE]. (2009, 18 de dezembro). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, 18.

Oliveira, JP. (2019). Novo PRONARRAR - suporte estruturado para a emergência e o desenvolvimento de histórias infantis. CRV.

SEÇÃO 1

ASPECTOS CONCEITUAIS EM LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO SOCIAL E ABORDAGENS COLABORATIVAS NA ESCOLA



CAPÍTULO 1

PARTICIPAÇÃO COMUNICATIVA EM CRIANÇAS COM PERTURBAÇÕES DA COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEPTUAL

Diana Costa Anabela Cruz-Santos

Introdução

A participação da criança nos demais contextos diários é um indicador do seu nível de inclusão, qualidade de vida, saúde e bem-estar, sendo a sua importância preconizada nos atuais enquadramentos conceituais (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2001) e legislativos, quer a nível nacional (exemplo, Decreto-Lei n.º 54 (2018) que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva em Portugal), quer internacional (exemplo, Individual with Disabilities Education Improvement Act (IDEA), (United States of America, 2004)). Nesta lógica, surge o conceito de participação comunicativa, que se especifica à troca de mensagens entre, pelo menos, duas pessoas, numa situação de vida real. O impacto que as Perturbações da Comunicação (PC) têm na participação diária da criança tem sido amplamente estudado nacionalmente e internacionalmente. As Práticas Baseadas na Evidência (PBE) e os atuais paradigmas para a educação de crianças com PC dão especial ênfase às questões relacionadas com o impacto da perturbação no dia a dia da criança e sua família, direcionando a avaliação e intervenção com estas crianças para práticas centradas na criança e na família, nos contextos naturais, com preocupação em minimizar o impacto da perturbação e melhorar a qualidade de vida dos envolvidos.